

Curso oferece aulas sobre gênero e diversidade no Judiciário

Com o objetivo de promover a formação de pessoal do Poder Judiciário para melhor administração dos desafios e barreiras da inclusão da diversidade, o Centro de Aperfeiçoamento de Servidores (Ceajud) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) oferece o curso “Comunicação Social, Judiciário Gênero e Diversidade”. As aulas serão realizadas a distância e são destinadas para servidores de todos os setores de comunicação do Poder Judiciário.

[\(CNJ, 09/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Segundo a juíza auxiliar da Presidência do CNJ Flávia Pessoa, o curso relaciona o papel do Judiciário brasileiro com a Agenda 2030 e elucida a [Resolução CNJ nº 255/2018](#), que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

Para a efetivação da norma, foi criado grupo de trabalho, presidido pela conselheira Iracema do Vale, com o objetivo de promover a elaboração de estudos, análise de cenários, eventos de capacitação e diálogo com os Tribunais sobre o cumprimento da aludida normativa do conselho.

“Ao conscientizar sobre a importância da prática da igualdade e seus reflexos para a qualidade do ambiente de trabalho, o curso promoverá uma melhor capacitação dos profissionais que atuam nas assessorias de comunicação dos Tribunais de todo o país”, destaca a presidente do grupo de trabalho, conselheira Iracema do Vale.

Os conteúdos foram elaborados pela especialista em direito constitucional e juíza Noemia Porto. Serão três módulos: na primeira unidade as aulas serão voltadas para os Direitos humanos, das mulheres e a Agenda da ONU. A segunda irá abordar a relação entre a cultura da comunicação e igualdade, e os temas gênero, diversidade e sexualidade. A última unidade terá como enfoque o uso da linguagem inclusiva na comunicação. Haverá também

videoaula com a Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, integrante do Grupo de Trabalho.

A carga horária é de 15 horas. As inscrições podem ser feitas [aqui](#). Servidores e funcionários terceirizados que integram secretarias e serviços de comunicação de órgão do Poder Judiciário também podem participar.

Por Agência CNJ de Notícias